

O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois/

Almost two decades of Portuguese language in Democratic Republic of Timor-Leste¹

Davi Borges de Albuquerque *

Doutor em Linguística e tem experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Ensino de Português como Língua Não Materna (PLNM), Contato de Línguas, com ênfase no Português falado em Timor-Leste, e Ecolinguística. É autor de diversos artigos, capítulos e livros sobre esses temas. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: NELIM (Núcleo de Estudos Ecolinguísticos e Imaginários) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e GEPLG (Grupo de Estudos em Linguística de Ecossistemas) da Universidade de Brasília (UnB).

 <https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>

Rui Ramos *

Doutorado em Linguística, é professor do Instituto de Educação e pesquisador do Centro de Investigação em Estudos da Criança e do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (Portugal). Desenvolve investigação em Linguística (Análise do Discurso) e em Ensino da língua. É autor de artigos, capítulos e livros; é editor-adjunto de uma revista científica de Linguística; e pertence a grupos de pesquisa no Brasil. Tem experiência de trabalho em projetos de investigação relacionados com a língua e as crianças, e projetos de intervenção, especialmente em Timor-Leste e na Guiné-Bissau, relacionados com o ensino da língua e o sistema de ensino.

 <http://orcid.org/0000-0001-8700-8301>

Recebido: 14 set. 2020. **Aprovado:** 04 nov. 2020.

Como citar este artigo:

ALBUQUERQUE, Davi Borges; RAMOS, RUI. O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 9, n. 4, p. 76-105, dez. 2020.

¹ Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UIDB/00317/2020.

 albuquerque07@gmail.com

*

 rramos@ie.uminho.pt

 <http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v9i4.1929..>

RESUMO

A República Democrática de Timor-Leste foi a primeira nação a se tornar independente no século XXI. Localizada no Sudeste Asiático, a ilha de Timor foi colônia portuguesa desde o século XVI até 1974. Após esse período, sofreu uma dominação indonésia que durou até 1999. Em 2002, tornou-se uma nação independente e elegeu a língua portuguesa como uma das línguas oficiais, sendo a outra a língua tétum, língua nacional falada pela maior parte da população. Desde que se tornou independente, foram várias as ações de apoio e cooperação internacionais, destacando-se, entre outras áreas, o Ensino, com a forte presença de Brasil e Portugal nesse processo. Dessa maneira, o presente artigo tem o objetivo de refletir sobre a língua portuguesa em Timor-Leste a fim de verificar o estado atual em que essa língua se encontra no país, após quase vinte anos de existência. Para tanto, após a introdução, em (1), fornecemos algumas informações sociais, históricas e linguísticas sobre a ilha de Timor, em (2); explicamos os projetos e as cooperações de ensino de português em Timor-Leste, em (3); descrevemos as pesquisas e as propriedades do português falado pelos leste-timorenses, em (4); e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Timor-Leste; Ensino; Português L2; Português na Ásia.

ABSTRACT

Abstract: The Democratic Republic of Timor-Leste was the first nation to become independent in the 21st century. Timor island was a Portuguese colony in Southeast Asia from the 16th century until 1974. After that, it suffered an Indonesian domination that lasted until 1999. Timor-Leste became an independent nation in 2002. In this year, the country elected the Portuguese language as one of its official languages, together with Tetum, the national language spoken by most of the population. Since its independence, there have been several international support and cooperation actions in Timor-Leste, with Education as one of the main areas. Portugal and Brazil also take part in these educational cooperation as predominant actors. Thus, this article aims to reflect on the Portuguese language in Timor-Leste in order to verify its current state in which this language is found in the country, after almost twenty years' official existence. Therefore, after the introduction, in (1), we provide some social, historical and linguistic information about Timor island, in (2); we explained Portuguese teaching cooperation and projects in Timor-Leste, in (3); we describe the research and properties of the Portuguese spoken by East Timorese, in (4); followed by our final remarks.

KEYWORDS: Portuguese language; Timor-Leste; Language Teaching; Portuguese as Second Language; Portuguese in Asia.

1 Introdução

A República Democrática de Timor-Leste é um país recente localizado no Sudeste Asiático e próximo ao norte da Austrália. Seu território consiste na parte oriental de uma pequena ilha, sendo que a parte oeste é território indonésio, o único país com que faz fronteira física.

Durante duas décadas, Timor sofreu com a dominação indonésia, iniciada em 1975 e concluída em 1999, após decisão de um plebiscito. Entre os anos de 1999 e 2002, o país esteve sob administração provisória da Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito da *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET). O país teve a sua independência reconhecida internacionalmente somente em 20 de maio de 2002.

O título deste artigo menciona os quase vinte anos, fazendo referência tanto à independência, quanto ao período em que a língua portuguesa é reconhecida como língua oficial, ambos datando do ano de 2002², já que, se contarmos a presença portuguesa, as variedades faladas na Ásia e o ensino nessa ex-colônia (BAXTER, 1996; THOMAZ, 2002; BATORÉO, 2016), a língua portuguesa data de mais de quatro séculos de existência na ilha.

Nossa pergunta de pesquisa é: qual foi o impacto da atuação das políticas educacionais e pesquisas na difusão da língua portuguesa em Timor-Leste? Assim, consideramos tal pergunta como tendo uma importância fundamental para se verificar a situação do português nesse país nos dias atuais e qual o status do português falado pelos leste-timorenses.

Nossa hipótese aqui é a de que as atuações de cooperações internacionais são importantes para oferecer apoios a Timor-Leste e apresentaram resultados significativos, porém tais ações devem ser feitas em parcerias entre os diferentes governos dos países envolvidos com o intuito de qualificar e desenvolver a mão de obra local. Em relação ao português falado pelos leste-timorenses, nossa hipótese é de que se trata de uma variedade não dominante (AFONSO E GOGLIA, 2015a; BATORÉO, 2016) em estágio inicial de desenvolvimento, podendo no futuro vir a se tornar uma variedade local estabilizada do português. Destacamos também que nosso estudo é uma contribuição significativa, já que as pesquisas linguísticas sobre o português em Timor-Leste ainda são poucas e estão em estágio inicial.

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a situação atual em que se encontra o português em Timor-Leste por meio da descrição de ações, políticas e investigações que já foram feitas. Para tanto, após esta introdução, discorremos sobre um histórico dos povos, dos contatos linguísticos e da língua portuguesa na ilha de Timor, em (2); em seguida, apontamos algumas ações de cooperação internacional e o processo de ensino do português em Timor-Leste, em (3); posteriormente, descrevemos algumas características do português falado pelos leste-timorenses, em (4); por fim, apresentamos as considerações finais.

² Ainda que tenha sido uma ação inicial com duração limitada, há a assinalar que a 1.ª Ação de Cooperação da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) com o Conselho Nacional de Resistência Timorense decorreu mesmo antes de a língua portuguesa ter sido escolhida como língua oficial, entre abril e setembro de 2000. Contou com a participação voluntária e graciosa de um conjunto de algumas dezenas de professores universitários portugueses e de mais alguns voluntários, todos coordenados pela FUP.

2 Sócio-história de Timor: línguas, povos e contatos linguísticos

A ilha de Timor apresenta registros arqueológicos e históricos de muitos séculos de contato com diversos povos (THOMAZ, 2002; ALBUQUERQUE, 2009). Desde o período pré-histórico, ocorreram migrações de povos papuásicos e, já em um período histórico, verificaram-se invasões austronésias na ilha (HULL, 2001). Nos séculos XIII e XIV, Timor teve contato com comerciantes chineses; nos séculos XIV e XV, com o povo malaio; e, no mesmo período, com navegadores árabes (THOMAZ, 2002). Esta breve exposição destina-se a enfatizar que a ilha de Timor já era um mosaico de povos e línguas antes da chegada dos portugueses, que acontece no século seguinte³.

Os portugueses tiveram seus primeiros contatos com os habitantes da ilha de Timor em 1515, quando a armada enviada por Afonso de Albuquerque alcançou o local (FIGUEIREDO, 2004). Inicialmente, a ilha foi de interesse secundário, já que o domínio de Malaca, desde 1511, possibilitou o controle das rotas comerciais na área, e esta cidade funcionou como entreposto para duas ilhas de grande importância devido à quantidade de sândalo branco que ofereciam (Solor e Flores).

Essa situação não mudou até 1702, quando foi fundada Lifau (atual enclave de Oecussi, na parte oeste da ilha de Timor). A ordem para construção desta capital partiu diretamente da administração portuguesa de Macau, como uma forma de responder à ocupação holandesa da ilha, desde 1652 (FIGUEIREDO, 2004). Lifau foi abandonada em agosto de 1769, e a capital portuguesa de Timor foi transferida para Díli, em outubro do mesmo ano, onde se mantém até a atualidade (OLIVEIRA, 1948). Digno de nota é que a população de origem europeia e falante de português como L1 sempre foi em proporção muito pequena em relação à população local (THOMAZ, 1976).

A língua portuguesa se espalhou em Timor por três vias: a igreja, a administração e o militarismo (BAXTER, 1996). A igreja realizou sua atividade missionária logo no século XVI, porém as tentativas iniciais de converter a população timorense não foram bem-sucedidas (HÄGERDAL, 2012). Contudo, os padres continuaram a sua ação nos séculos seguintes, assim disseminando a língua portuguesa por meio da educação e da religião.

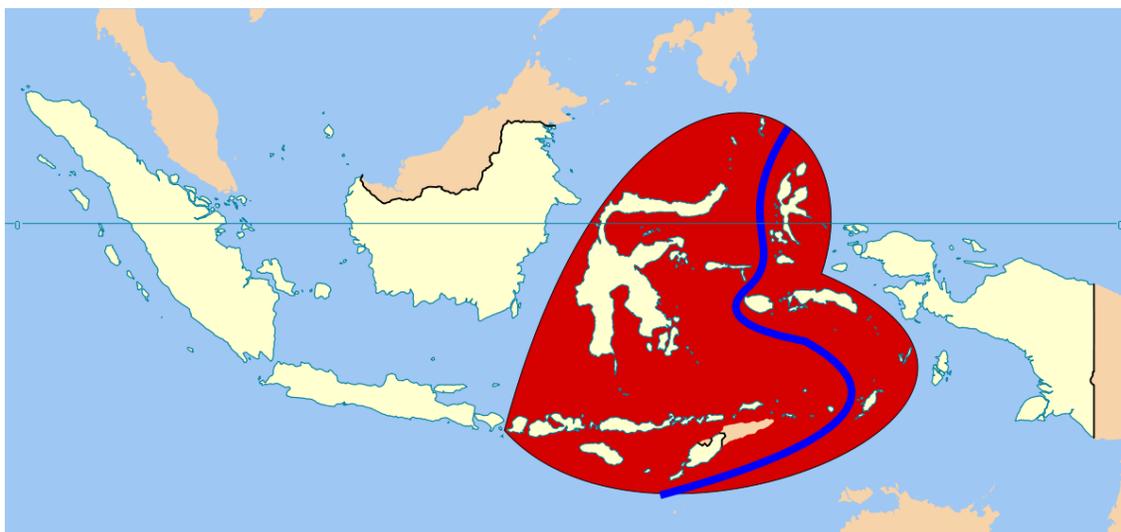
³ Sobre a história da ilha de Timor e da nação Timor-Leste, ver as referências citadas no decorrer deste texto, principalmente Oliveira (1948), Thomaz (2002), Figueiredo (2004) e Hägerdal (2012).

Mesmo com a expulsão das ordens religiosas da ilha, na primeira metade do século XIX, avanços significativos na educação timorense foram alcançados, com a fundação de diversas escolas, com destaque para o Colégio de Soibada (THOMAZ, 1985), único ginásio existente na época, que chegava a formar professores e funcionários para a administração colonial. Os cidadãos portugueses dominaram a administração colonial em Timor nos séculos iniciais, porém essa situação veio a se modificar durante o século XIX com a presença de mestiços e macaenses assumindo cargos. Além disso, timorenses escolarizados também começaram a trabalhar para a administração colonial (THOMAZ, 1976), sendo que todos eles empregavam a língua portuguesa na escrita dos documentos oficiais. Em relação ao militarismo, destacou-se o fato de que líderes militares locais de diferentes regiões vizinhas acabaram por integrar o exército colonial, bem como de outras localidades da administração portuguesa, como Flores, Macau, Moçambique e Índia.

Desta maneira, com o que foi sucintamente exposto acima, o português foi disseminado na Ásia e, conseqüentemente, em Timor de maneira complexa, tendo muitos fatores influentes na formação de crioulos e variedades reestruturadas dessa língua. Um desses fatores foi, segundo Baxter (1996) e Baxter e Cardoso (2017), que em Timor conviveram duas variedades crioulas (a de Bidau e a de Macau) e diferentes modelos de português L2, sendo que em muitos casos o input para as gerações seguintes não eram modelos de português L1, mas alguns desses modelos de português L2 ou das variedades crioulas.

O enquadramento de Timor-Leste no seu contexto geocultural nos mostra que o território se encontra inserido na chamada *Wallacea*, um dos cenários do mundo com maior diversidade linguística e cultural (SCHAPPER, 2015), uma área geográfica com mais de 250 línguas indígenas e delimitada como se pode ver no mapa seguinte:

Fig. 1 – Delimitação da região de Wallacea (Licenciado sob GFDL, via Wikimedia Commons)

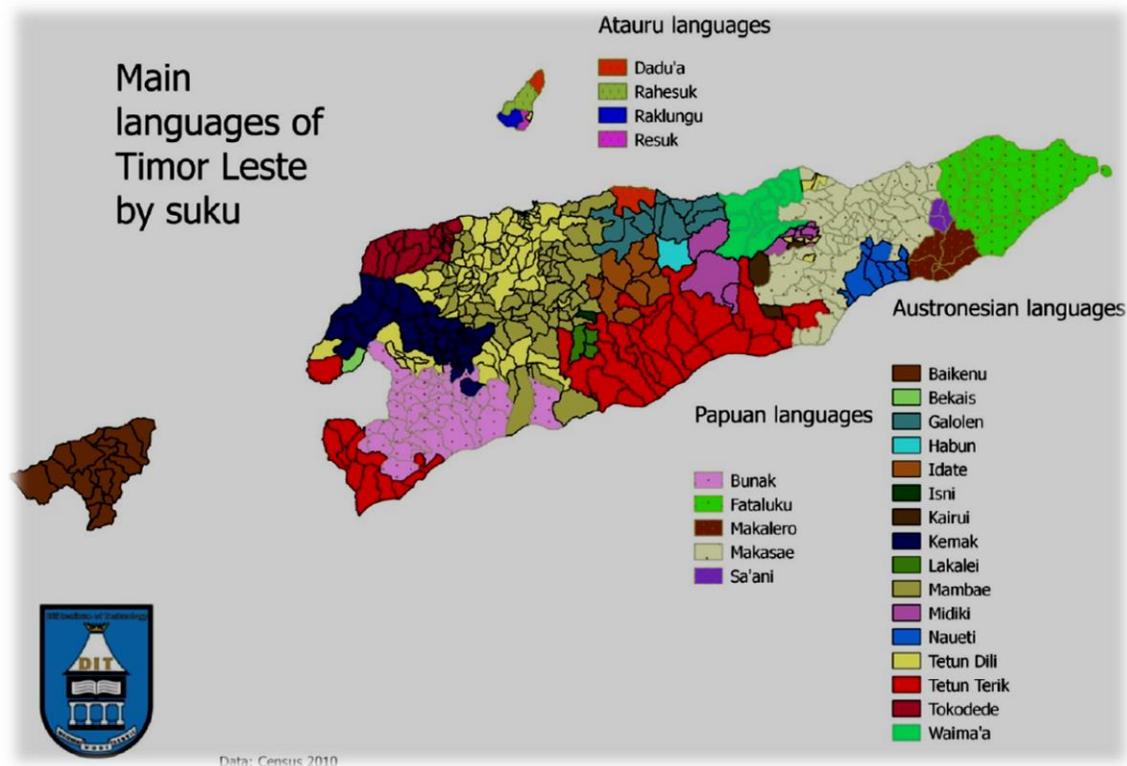


(Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Indonesia_Wallacea.svg#/media/File:Indonesia_Wallacea.svg. Consultado em 26/8/2020)

Até a atualidade as línguas locais de Timor-Leste, que são de origem austronésia e papuásica, se encontram em estágio inicial de investigação. Não se sabe ao menos o número de línguas faladas no país, já que há linguistas que consideram algumas extintas ou não as classificam como línguas, mas como parte de complexos dialetais. A investigação mais completa que se tem como base nos estudos linguísticos foi a elaborada por Hull (2001).

A Figura 2, baseada no censo de 2010 e retirada de um estudo recente de Williams-van Klinken e Williams (2015), exemplifica bem a disparidade de critérios no que se refere ao número dessas línguas nacionais, sendo contabilizadas mais de duas dezenas. Segue a distribuição das línguas locais pelo território do país no mapa da Figura 2, o qual ilustra bem a diversidade linguística de Timor-Leste:

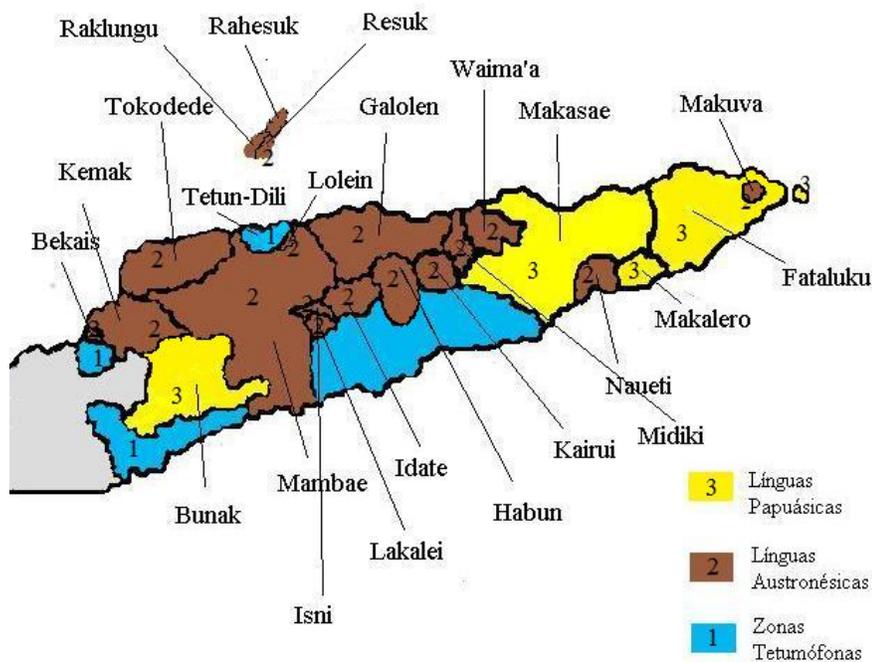
Fig. 2 – Línguas locais de Timor-Leste



Fonte: Williams-van Klinken e Rob Williams (2015, p. 2)

À guisa de comparação, fornecemos também ao leitor um mapa com menos informação, a Figura 3, a seguir, retirada de Albuquerque (2011). Na Figura 3, é enfatizada a distribuição da língua tétum pelo território de Timor-Leste, bem como separa as demais línguas nacionais de acordo com suas respectivas filiações genéticas e se baseia na existência de dezesseis línguas, segundo a hipótese de Hull (2001):

Fig. 3 – Distribuição das línguas de Timor-Leste em relação à filiação genética



Fonte: Albuquerque (2011a, p. 66)

A distribuição mais ou menos fixa das línguas locais, associando cada uma delas a uma área geográfica, pode ser, contudo, parcialmente questionada, pelo menos no que respeita à capital, Díli. Em um estudo de caso elaborado em 2015, Carmo (2015) identificou as línguas maternas de uma turma de alunos de uma escola secundária de Díli e verificou que o cenário de correspondência linear entre área geográfica e língua materna não se verificava – apesar de todos os alunos dominarem o tétum, também todos dominavam, melhor ou pior, outras línguas e consideravam possuir mais do que uma língua materna – provavelmente, porque nos seus contextos familiares havia a presença cotidiana de outras línguas⁴.

⁴ Para um estudo atualizado e detalhado do assunto, ver Ramos e Carmo (2020).

As observações realizadas e as conclusões extraídas desse estudo não poderão ser extrapoladas para a totalidade do território acriticamente, mas são mais um contributo discreto para o desenho de uma realidade linguística consideravelmente complexa.

A partir dos mapas anteriores, observa-se que a língua tétum é a língua mais falada em Timor-Leste, dominando uma grande área como língua materna e tendo função de L2 nas demais localidades, que a utilizam como uma língua franca para a comunicação entre os povos leste-timorenses falantes das outras línguas. Ainda, percebe-se também que há uma predominância de línguas austronésias, ficando as línguas papuásicas em número menor, concentrando-se ao leste da ilha.

3 A cooperação internacional para a língua: difusão e ensino

A difusão e o ensino da língua portuguesa em Timor-Leste têm sido objeto de múltiplos projetos e programas de cooperação, em particular originados no Brasil e em Portugal⁵. A cooperação brasileira atuou somente em áreas específicas, com um contingente reduzido e com projetos que não foram renovados ou continuados. Assim, as ações oficiais brasileiras em Timor-Leste apresentaram algumas limitações, conforme será explicado posteriormente. Já a cooperação portuguesa teve um foco maior na difusão e no ensino da língua portuguesa em todas as áreas relacionadas e em todos os níveis de ensino, na política, em diversos setores da sociedade leste-timorense, etc.

3.1 A cooperação brasileira

A cooperação brasileira atuou em três vertentes principais, a saber, no judiciário, no ensino técnico e na formação de professores.

Em 1999, no período de eleição, o governo brasileiro iniciou suas ações voltadas para as eleições leste-timorenses. Em 2005, intensificou tais ações, porém em outro setor, o da defensoria

⁵ Vale lembrar que há outros países e ONGs que atuam em projetos de cooperação, porém não as abordamos neste estudo por diversos fatores; algumas dessas atuações são apenas auxílios pequenos e com impacto reduzido; alguns países possuem o foco de suas cooperações em outras línguas, como a língua inglesa; e algumas ONGs têm outros interesses, como o religioso. São fatores que, se discutidos aqui, fugiriam de nosso escopo.

pública, sendo que nessa temática já havia a preocupação com o português para fins específicos (eleitoral, judiciário, legislativo etc.)⁶.

Em relação ao ensino técnico, o órgão responsável principal, e mais atuante, foi a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). No âmbito das ações de cooperação Brasil – Timor-Leste, a ABC se destacou por auxiliar a reconstrução do país desde o período inicial, entre os anos de 1999 e 2000, enviando observadores para realizarem diagnóstico. Nos anos seguintes, foram implantados diversos centros de formação profissional. Esses centros tinham o como foco o desenvolvimento e a preparação para o mercado de trabalho locais, bem como formaram centenas de alunos leste-timorenses em diversas áreas técnicas, como justiça; segurança nacional; cultura e patrimônio nacional; agricultura; educação; governança e apoio institucional; esporte; e meio ambiente e saúde⁷. Esses projetos começaram a ser concluídos em 2011, terminando nos anos seguintes. Porém, em 2019 e 2020, o Parlamento Nacional de Timor-Leste renovou uma série deles e assinou uma autorização para novas iniciativas da ABC no país.

Finalmente, a formação de professores leste-timorenses ficou sob responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, em 2005, iniciou as atividades do Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP), mas, apesar dos resultados positivos obtidos, foi desativado em 2013. Esse programa enviou anualmente cerca de 50 professores brasileiros nas diferentes áreas do ensino (Linguagens, Matemática, Humanas e Natureza) para atuar em diferentes setores (Ensino Secundário⁸, Ensino Superior, formação de professores e qualificação de mão de obra), bem como para elaborar apostilas, manuais e cursos para os profissionais leste-timorenses em atuação no governo.

Digno de nota é que o PQLP também gerou uma série de pesquisas e teve seus resultados e impactos avaliados em diversas publicações científicas⁹. Esses resultados verificaram a melhoria de

⁶ As informações sobre as relações entre Brasil e Timor-Leste, contendo história entre esses dois países, os acordos assinados, as cooperações, entre outras, são fornecidas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do governo brasileiro e podem ser encontradas em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5477-republica-democratica-de-timor-leste>.

⁷ Uma descrição completa dos projetos e iniciativas da ABC é encontrada em seu site: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/TimorLeste>.

⁸ Em Timor-Leste, os termos utilizados são Ensino Básico (sendo formado por três ciclos), correspondendo ao Ensino Fundamental; e Ensino Secundário, que corresponde ao Ensino Médio.

⁹ Dentre a vasta bibliografia já existente, destacamos o estudo de Reis (2015), no qual o autor faz uma análise da documentação existente sobre o PQLP e também dos atores envolvidos nesse programa; um dossiê temático da *Revista*

desempenho dos professores leste-timorenses em testes e em sala de aula; o uso e a adaptação por parte dos profissionais leste-timorenses de materiais elaborados pelos professores brasileiros; a melhoria na proficiência em língua portuguesa, para os profissionais que já a empregavam, e o uso do português, para aqueles que não a falavam; o interesse em prosseguir os estudos, seja em capacitação ou formação continuada, seja em pós-graduação; orientações dos professores brasileiros a fim de auxiliar os candidatos e os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), o qual selecionava leste-timorenses com interesse em estudar no Brasil.

Atualmente, os acordos bilaterais entre Brasil e Timor-Leste não possuem mais a língua portuguesa como foco principal, apenas de maneira secundária, já que há somente na ativa a renovação das iniciativas da ABC e um projeto de apoio ao setor de justiça timorense do MRE.

3.2 A cooperação portuguesa

A cooperação portuguesa, desde o referendo de 1999 e a retirada das forças ocupantes indonésias nos meses seguintes, esteve largamente a cargo de estruturas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente o Instituto Camões (ICA) e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Atualmente, estas duas estruturas estão fundidas em um só organismo, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (CICL). Ao longo dos anos, estas estruturas desenvolveram projetos de cooperação em áreas diversas, do ensino à agricultura, da administração eleitoral ao jornalismo, da justiça aos direitos humanos. Mas também outras organizações portuguesas se envolveram em atividades de cooperação, nomeadamente as universidades.

Assim, as instituições responsáveis e seus projetos são a atuação do Centro de Língua Portuguesa (CLP) e do Instituto da Língua Portuguesa (ILP); as ações do Projeto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste e do Projeto de Consolidação da Língua Portuguesa em Timor-Leste; a elaboração da Reforma Curricular do Ensino Básico e Secundário; o Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP) e o projeto Formar Mais – Formação Contínua de

Perspectiva, intitulado *Cooperações Educacionais entre países Sul-Sul: análises e perspectivas sobre o Timor-Leste e Moçambique*, em que há vários artigos nos quais são abordados os temas de formação de professores e a cooperação brasileira em Timor-Leste (CASSIANI; LISINGEN, 2016); e o livro recente de Lamim-Guedes e Rosa (2020), em que os autores abordam diferentes assuntos relacionados ao ensino de Ciências da Natureza e da atuação da cooperação brasileira em Timor-Leste.



Professores em Timor-Leste; a construção da Escola Portuguesa de Díli Ruy Cinatti e das Escolas de Referência e Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE).

Apresentam-se nas subseções seguintes os principais deles, sendo expostos de maneira sucinta, não como descrição exaustiva.

3.2.1 Centro de Língua Portuguesa (CLP)/ Instituto da Língua Portuguesa (ILP)

Em 17 de Novembro de 2001, foi inaugurado o Centro de Língua Portuguesa/ Instituto Camões, em instalações da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), a única universidade pública leste-timorense. Este centro contou com o trabalho de diversos leitores ao longo dos anos e manteve-se em funcionamento até 2014, ano em que deu lugar ao Instituto da Língua Portuguesa (RAMOS, 2016).

Entre suas funções, contava-se o apoio ao Departamento de Língua Portuguesa (nomeadamente, assegurando o ensino de disciplinas de língua portuguesa na UNTL) e ao Instituto Nacional de Linguística da UNTL. O CLP/ ILP também oferta cursos extracurriculares de formação e o aperfeiçoamento em Língua Portuguesa, para públicos diversos, bem como apresenta planos para a publicação de periódicos em língua portuguesa, a organização de feiras do livro e eventos regulares ou pontuais associados à difusão da língua portuguesa e sua literatura. O seu acervo material contava com uma biblioteca, computadores para uso pelos estudantes e material audiovisual.

Na mesma data, entrou oficialmente em funcionamento a Licenciatura em Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas da UNTL, assegurada, numa primeira fase, pelo ICA. Diversos dos atuais docentes do Departamento de Língua Portuguesa da UNTL concluíram a sua graduação nesse período e nesse curso.

Em 2014, o CICL assinou um protocolo de entendimento com a UNTL para a criação do Instituto da Língua Portuguesa (ILP). Tal decisão implicou o fim do funcionamento do CLP e a sua substituição pelo novo organismo. Assim, foi substituído um organismo do CICL (ou seja, da cooperação portuguesa), que funcionava em instalações da UNTL e dava apoio à instituição, por um organismo com responsabilidades partilhadas entre o CICL e a UNTL (ou seja, entre Portugal e Timor-Leste). Para seu funcionamento, a UNTL contratou dez professores portugueses e o CICL contratou

o Coordenador-Adjunto Científico e Pedagógico, com a missão de coordenar a equipe, em estreita coordenação com o Diretor do ILP. No caso, o reitor da universidade assumiu essa função.

Em uma conferência em 2015, o coordenador sintetizava a missão do ILP com base no protocolo de entendimento assinado entre as partes, rotulando esse projeto como ambicioso e abrangente:

o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas e tecnológicas de e em língua portuguesa do corpo docente da UNTL e de outras universidades locais; o desenvolvimento de competências em língua portuguesa dos alunos da UNTL; o desenvolvimento de competências em língua portuguesa de funcionários públicos e sociedade civil; o estabelecimento de parcerias para a formação em língua portuguesa em instituições universitárias dos países da região. (RAMOS, 2016, p. 70).

Assim, mais uma vez, a ação principal consistiu no apoio ao ensino na UNTL, não só de língua portuguesa, mas também de outras disciplinas, e o direcionamento do ensino para outros públicos. O objetivo principal tentava alcançar o desenvolvimento do ILP de modo a este poder desempenhar a missão de ser um polo de difusão da língua portuguesa na região da Ásia-Pacífico, respondendo especialmente a solicitações oriundas da Indonésia e da Austrália, em articulação com o Instituto Português do Oriente, sediado em Macau, e, mais genericamente, com os esforços da comunidade lusófona em consolidar a língua portuguesa na região¹⁰.

Uma das tarefas relevantes realizadas pelo ILP nesse período, a pedido da vice-reitoria para os assuntos académicos da UNTL, consistiu na avaliação diagnóstica da proficiência em língua portuguesa dos docentes daquela universidade, como parte do processo de aperfeiçoamento de tal proficiência. Após a avaliação individual, cada docente seria incluído em um grupo de nível específico e teria formação adequada, para progredir e aprofundar os seus conhecimentos (VIEGAS, RAMOS E ANTUNES, 2015). Recorde-se que, por lei, o ensino nas instituições universitárias deve ser todo realizado em língua portuguesa (à exceção do ensino de outras línguas, naturalmente). Contudo, é do conhecimento comum que muitos docentes do Ensino Superior utilizam com insistência (ou exclusividade, em inúmeros casos) o tétum e/ou a língua indonésia na sua atividade.

¹⁰ Em Ramos (2016), pode encontrar-se uma descrição mais detalhada da missão e da ação do ILP no seu primeiro ano de existência.

O procedimento de construção, validação e aplicação do teste de proficiência em causa encontra-se descrito em Viegas, Ramos e Antunes (2015), assim como uma síntese dos resultados. Tratou-se de um teste com componentes de interpretação, conhecimento gramatical, escrita e conversação, que adotou os parâmetros do Referencial de Proficiência em Língua Portuguesa para Timor-Leste, adaptado do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR). Este referencial encontrava-se ainda em fase de construção pelo ILP e procurava adequar o QECR ao contexto timorense, considerando que a realidade sociolinguística da língua portuguesa no país não é de língua estrangeira (que é o cenário previsto para a aplicação do QECR), mas de língua segunda.

Os resultados, obtidos a partir de duzentos e dois testes (de um universo de quatrocentos e vinte e nove docentes nacionais), não conseguiram espelhar com fidelidade total o nível de proficiência do corpo docente, já que abarcavam somente 47% do universo visado. No final, foi possível verificar que a proficiência em língua portuguesa é variável de faculdade para faculdade, mas que o resultado geral é o seguinte:

Tab. 1 – Resultados globais de proficiência em língua portuguesa

Total A0	17
Total A1	51
Total A2	67
Total B1	20
Total B2	35
Total C1	7
Total C2	5
Total	202

Fonte: Viegas, Ramos e Antunes (2015)

Como concluem Viegas, Ramos e Antunes,

(...) parece óbvio que há um número significativo de docentes da UNTL que não possuem as competências linguísticas necessárias para lecionar em língua portuguesa de modo proficiente (e, como foi referido, ler e recomendar bibliografia nesta língua, ou produzir materiais didáticos com correção linguística, ou mesmo interagir verbalmente com os alunos com a necessária mestria em português), com capacidade para promover o domínio da língua portuguesa dos seus alunos. Claramente, não parece razoável esperar que docentes com um nível de proficiência em língua portuguesa inferior a B2 tenham condições para

supervisionar a redação das monografias de final de curso dos seus orientandos. E só 47 dos 202 docentes que participaram neste processo avaliativo (ou seja, 23,26% dos avaliados, menos de um em cada quatro) possuem nível de proficiência B2 ou superior (VIEGAS, RAMOS E ANTUNES, 2015, p. 76-77).

O estudo e seus resultados são tão mais relevantes quanto, como referem os autores, incidem sobre um grupo socioprofissional e cultural de relevo na sociedade timorense, “com forte poder de influência sobre as políticas nacionais, (...) com formação académica e contacto internacional ímpares e que se distingue dos restantes concidadãos (...), um grupo de liderança da sociedade timorense a vários níveis.” (VIEGAS, RAMOS E ANTUNES, 2015, p. 59-60). E, por isso mesmo, se justifica a evocação desses resultados de um passado recente, já que prestam uma contribuição eloquente para o desenho do estado da língua portuguesa naquele país.

Em 2016, o ILP mudou de estatuto: voltou à designação de Centro de Língua Portuguesa e passou a integrar o Instituto Nacional de Linguística. Alguns dos docentes portugueses foram substituídos por docentes timorenses que fizeram formação pós-graduada em língua portuguesa. Mantém os objetivos iniciais, mas não avançou na construção de um referencial de proficiência em língua portuguesa específico para Timor-Leste e aceito pela comunidade científica, pela administração pública e pela sociedade.

3.2.2 Projeto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste / Projeto de Consolidação da Língua Portuguesa em Timor-Leste

Estes projetos da responsabilidade da Cooperação Portuguesa decorreram respetivamente entre 2000 e 2009 e entre 2010 e 2011, bem como exigiram um esforço orçamental superior a 50 milhões de euros e centraram-se na atividade docente de mais de uma centena de professores portugueses, não só na formação de professores, mas também em outras áreas curriculares. O relatório da avaliação do primeiro deles (BARBEIRO *et al.*, 2010) assinala que, apesar de todos os constrangimentos, endógenos e exógenos, a que o projeto esteve sujeito, “é significativo o leque de atividades realizadas em todos os domínios (educação formal e não formal, administração pública, bibliotecas/ludotecas, comunicação social, população, em geral)” (BARBEIRO *et al.*, 2010, p. 8). Ainda assim, o relatório não deixa de referir que os resultados ficaram “aquém do expectável, nomeadamente

tendo em conta que, ao fim de uma década, só cerca de 10% dos professores em serviço sem qualificação profissional a obteve, no âmbito dos programas com intervenção do PRLP” (BARBEIRO *et al.*, 2010, p. 8), entre outras evidências. Ademais, o relatório do projeto reconhece os “efeitos já visíveis e permite projetar a continuação de produção de efeitos positivos na sociedade timorense” (BARBEIRO *et al.*, 2010, p. 9) referente à competência profissional dos professores e à disseminação da língua portuguesa no território, tanto em contexto escolar como na comunicação social, entre outros fatores relevantes.

O mesmo relatório sublinha que aquele projeto foi complementar de outras iniciativas, nomeadamente as da cooperação brasileira, mas sem que existisse uma articulação planejada e formal entre os esforços dos dois países lusófonos.

3.2.3 Reforma Curricular do Ensino Básico e Secundário

A partir de 2005, surgiram propostas de orientações curriculares para os primeiros seis anos de escolaridade, fruto da cooperação que envolvia, da parte portuguesa, a Universidade Católica, em uma época em que ainda não havia em Timor-Leste uma Lei de Bases da Educação (que viria a ser promulgada em 2008).

Entre 2009 e 2010, com financiamento da UNICEF, a Universidade do Minho e o Ministério da Educação timorense desenvolveram o *Basic Education 3rd Cycle Curriculum Development (Timor-Leste)*, com a colaboração do Instituto Camões, projeto que levou à construção do currículo, de programas escolares para as disciplinas e de guias para professores do 3.º ciclo do ensino básico timorense. Esse currículo foi aprovado pela Resolução Governamental n.º 24/2011, de 7 de setembro.

Entre 2010 e 2013, o projeto *Falar Português* resultou de cooperação semelhante. Este projeto foi uma parceria entre Instituto de Apoio ao Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Aveiro, visando a construção do currículo, de programas escolares, de manuais para os alunos e de guias para professores do Ensino Secundário geral¹¹. O plano curricular deste nível de ensino viria a ser aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2011, de 19 de outubro.

¹¹ Uma descrição e uma reflexão sobre este projeto pode ser encontrado em Oliveira (2019).

Esses projetos concretizaram uma fase crucial do processo de transição do modelo indonésio para o modelo moderno de ensino timorense, como assinalam Ramos e Teles (2012) e Oliveira (2019), assim como a concomitante a transição do uso da língua indonésia para a língua portuguesa no ensino.

3.2.4 Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP) (2012-2014)/ Formar Mais – Formação Contínua de Professores em Timor-Leste (2016-2018)

A implementação de novos currículos e programas escolares tornou mais evidente a necessidade de formação de professores. Assim, a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro foram chamadas a assumir a responsabilidade técnico-científica de programas de formação com vistas à consolidação do sistema de ensino timorense, enquadrados por protocolos estabelecidos entre os governos timorense e português. A formação *em* e *de* língua portuguesa foi um dado fundamental *a priori* nesses programas e elaborados no âmbito do Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP), que ocorreu entre os anos de 2012 a 2014.

Mais tarde, entre 2016 e 2018, o PFICP foi substituído pelo projeto *Formar Mais – Formação Contínua de Professores*, que ficou sob a responsabilidade técnico-científica da Universidade de Aveiro.

3.2.5 Escola Portuguesa de Díli Ruy Cinatti e Escolas de Referência/ Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE)

Uma derradeira nota para as múltiplas atividades e projetos da cooperação portuguesa com Timor-Leste no âmbito do ensino e da difusão da língua portuguesa é devida a um projeto de qualidade destacada no cenário timorense: a Escola Portuguesa de Díli – Centro de Ensino e Língua Portuguesa – Ruy Cinatti (EPRC).

Esta instituição iniciou atividades em 2002, em instalações provisórias, mas só foi formalmente criada em 2009 (Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de fevereiro). Resulta de um acordo de cooperação entre Portugal e Timor-Leste de maio de 2002. O corpo docente é, em sua maioria, constituído por

professores portugueses. Acolhe mais de mil alunos nacionais e internacionais, distribuídos da educação pré-escolar ao final do ensino secundário, e adota o currículo português (com adaptações ligeiras). Terminado o percurso formativo, os alunos podem candidatar-se à frequência de universidades portuguesas no contingente geral ou em contingente especialmente dedicado. Trata-se de uma instituição de excelência no cenário timorense, que assume o papel de modelo a ser seguido por outras instituições.

O reconhecimento da excelência dessa escola levou à assinatura entre os governos timorense e português, em 16 de abril de 2010, de um protocolo para a constituição de polos da EPRC. Quatro deles iniciaram funções no ano letivo de 2010/2011 e um no ano seguinte. Um novo protocolo, assinado em 28 de setembro de 2011, alterou o status desses polos para o de Escola de Referência, a integrar na rede de ensino timorense a partir de 1.º de janeiro de 2013, prevendo-se a existência de uma por distrito (treze no total). Contrariamente ao que acontece com a EPRC, nessas escolas adotou-se o currículo timorense, mas a língua de ensino era garantidamente o português. O corpo docente era constituído quase exclusivamente por docentes portugueses. Essas escolas começaram por receber alunos do 1.º ciclo do ensino básico, mas foram alargando o seu âmbito de formação a novos ciclos e níveis de ensino conforme os alunos progrediam. Acolheram igualmente salas de jardim de infância e/ou educação pré-escolar.

As escolas de referência serviram igualmente como espaços de realização de estágios curriculares para alunos timorenses de cursos de formação de professores e, progressivamente, foram admitindo alguns recém-formados no seu corpo docente, facultando uma integração profissional tutelada por professores portugueses.

No final do ano de 2014, um novo protocolo de cooperação deu corpo à transformação dessas escolas em Centros de Aprendizagem e Formação Escolar de Timor-Leste (CAFE), mantendo-se, no essencial, a filosofia, os objetivos e as práticas do modelo anterior. Esse programa de formação de alunos e de professores continua ativo.

4 O português falado em Timor-Leste

A língua portuguesa falada pelos leste-timorenses recebe pouca atenção dos pesquisadores, permanecendo pouco estudada, de modo que pouco se pode afirmar a respeito desse assunto. Contudo, nesta seção, discutimos o que se sabe até o momento, revisamos a bibliografia existente e apresentamos os principais resultados e contribuições alcançados.

4.1 As pesquisas sobre português falado pelos leste-timorenses

Antes da independência de Timor, os estudos que versaram sobre o português falado pelos timorenses, apesar de pioneiros, foram poucos e traziam apenas informações preliminares, sendo que a escassez de pesquisas permanece até os dias atuais. Thomaz (1974) traz informações históricas, sociais e linguísticas sobre em que medida o chamado “português da praça de Díli” (termo recorrente para se referir à língua portuguesa falada em Timor-Leste) referia-se a uma variedade crioula do português¹². Thomaz (1985) dedica-se a questões históricas e sociolinguísticas. Thomaz (1995) preocupa-se com alguns aspectos notáveis do léxico. Costa (1995) elabora uma nota a qual reconhece o português falado em Timor como uma variedade distinta e diferencia-a do português padrão, ensinado e falado em Timor-Leste pelos portugueses. Em Baxter (1996), há um amplo estudo sobre a língua portuguesa na Ásia, descrevendo as variedades faladas nos diferentes países, bem como são apresentadas algumas informações sobre história, aquisição e ensino do português em diferentes países desse continente, destacando-se a língua portuguesa na ilha de Timor.

No entanto, esse cenário melhorou pouco no século XXI. Há alguns autores, como Brito e Bastos (2007) e Brito e Corte-Real (2006), que, apesar de comentarem sobre alguns traços do português falado em Timor-Leste, acabam por considerá-los somente como erros ou desvios.

Carvalho (2002/2003) apresenta a primeira investigação desse período em que encara os dados linguísticos como uma variedade. A autora se dedicou ao estudo do léxico, elaborando um corpus no qual se baseou para várias de suas conclusões. Entre os resultados alcançados, ela aponta

¹² A variedade crioula, considerada extinta, outrora falada em Timor é conhecida como Crioulo Português de Bidau, nome do bairro da periferia de Díli (capital de Timor-Leste) em que era falada. Para um estudo completo, ver Baxter (1990).

traços em comum com crioulos portugueses asiáticos (como o de Malaca, Macau e o Indo-Português) e outras variedades reestruturadas da língua portuguesa na Ásia, como o português de Singapura, da ilha de Flores e de Jakarta.

A próxima investigação significativa veio somente com a dissertação de Busquets (2007), na qual a autora analisa uma série de estruturas próprias dessa variedade encontradas em diferentes produções textuais, separando-as em coesão lexical, coesão gramatical e referenciação. Há também análise da conversação do corpus, descrevendo-se como ocorrem heterorrepetição, autorrepetição, repetição hesitativa, pausas preenchidas e pausas não preenchidas no português falado pelos leste-timorenses.

Santos (2009) dedica um capítulo de sua dissertação ao estudo do parâmetro de sujeito nulo e da flexão verbal no português em Timor-Leste. A autora separou os dados coletados em dois grupos: grupo 1 (falantes entre 18 e 20 anos que começaram a aprender o português na adolescência) e o grupo 2 (falantes entre 40 e 55 anos, que tiveram contato com a língua portuguesa desde criança). Assim, Santos (2009) apresenta a seguinte divisão: no grupo 1, a língua portuguesa tem um caráter de LE, enquanto o grupo 2 caracteriza-se como L2. Os resultados apontaram que, no grupo 1, o sujeito nulo foi empregado apenas 15%, enquanto que, no grupo 2, a porcentagem é maior, atingindo 31%.

Em Albuquerque (2010), o autor realiza um estudo introdutório sobre a prosódia do português falado em Timor-Leste, porém ainda considera certos aspectos como ‘peculiaridades’ dos falantes, modificando sua análise em Albuquerque (2011). Neste estudo, Albuquerque (2011) defende a hipótese de o português falado em Timor-Leste ser uma variedade emergente da língua portuguesa. O mesmo autor possui uma série de estudos descritivos, dos quais citaremos somente os principais: um estudo dedicado ao léxico (ALBUQUERQUE, 2012), em que retoma as contribuições prévias de Thomaz (1995) e Carvalho (2002/ 2003); uma investigação preliminar da morfossintaxe (ALBUQUERQUE, 2012b); uma análise dos marcadores verbais à luz da aquisição e do contato de línguas (ALBUQUERQUE, 2014), na qual o autor desenvolveu o estudo de Batoréo (2010).

Batoréo (2010, 2011) também realizou vários estudos, destacando-se alguns da vertente da linguística cognitiva e textual, analisa o uso de ‘já’ como partícula marcadora de perfectividade por influência da L1 dos falantes leste-timorenses, que apresentam tal estrutura, como o tétum *taha* ‘já, marcador de perfectivo’ (BATORÉO, 2010). Outro estudo da autora foca na construção ‘é que’ usada

no Português de Timor-Leste (PTL) de maneira distinta do Português Europeu (PE), como marcador discursivo de ênfase (BATORÉO, 2011). Entre as conclusões, é possível mencionar a principal na qual as estruturas distintas do português falado em Timor-Leste são frutos da influência das L1 dos falantes.

Nos últimos anos, as investigações sobre o português falado em Timor-Leste estão voltadas para a questão de ser uma variedade da língua portuguesa, ou traços do processo de aquisição/aprendizagem de uma L2, ou desvios da norma europeia. Afonso e Goglia (2015a, 2015b) estudam algumas sentenças do português falado por imigrantes leste-timorenses residentes na Europa, atestando inovações de uma variedade não dominante ainda em construção, portanto instável. Outros autores, como Holm, Greksakova e Albuquerque (2015) e Batoréo (2016), descrevem várias estruturas linguísticas do português falado em Timor-Leste. Nesses estudos, os autores consideram o português falado pelos leste-timorenses como uma variedade emergente em vias de estabilização e, por isso, apresentando algumas estruturas variáveis.

É possível afirmar, com base nas informações presentes nos estudos anteriores, que o português falado em Timor-Leste é uma variedade nova e específica que ainda está em formação, por isso o caráter de certas estruturas serem variáveis. Assim, os traços linguísticos encontrados, ora considerados erros, peculiaridades ou aspectos da aquisição de L2, são propriedades dessa variedade recente que alguns autores chamam de 'Português de Timor-Leste'¹³.

Com isso, em posse da atuação das cooperações lusófonas e das pesquisas linguísticas efetuadas, o que se observa até a atualidade é que, mesmo com todos os esforços materiais e humanos, parece não haver um diálogo entre as diferentes partes envolvidas. Os pesquisadores voltados para a linguística encontram-se centrados em seu objeto de estudo, não levando em consideração questões didáticas. Além disso, os professores e demais profissionais dos projetos e cooperações de ensino também focados no ensino da língua portuguesa, da norma culta ou em preocupações mais pedagógicas, desconsideram os avanços e resultados de algumas pesquisas.

¹³ Gonçalves (2004) argumenta o mesmo para o português de Moçambique, afirmando que essas propriedades específicas são evidências da formação de uma nova variedade portuguesa africana. Isso também é pesquisado na situação de contato de outras línguas e em ex-colônias, como as chamadas 'novas' variedades do inglês, como em Platt, Weber e Ho (1984).

Essa falta de diálogo, além de ser negativa para ambos os lados, é perniciosa ainda mais para a pesquisa linguística, em fase inicial, bem como para seu avanço, pois necessita de recursos e mão de obra qualificada, já que tanto um, quanto outro são direcionados para as ações de difusão e ensino da língua portuguesa.

4.2 O Português de Timor-Leste: características específicas

O PTL apresenta propriedades específicas, ou seja, características que são marcantes dessa variedade e que serão discutidas de maneira breve e separadamente a seguir, de acordo com os níveis fonético-fonológico, morfossintático e algumas características lexicais e semânticas específicas dessa variedade em construção.

No nível fonético-fonológico, a variedade leste-timorense do português se caracteriza pela variação das palatais (1) e uma série de restrições métricas afetam principalmente a acentuação e a silabação (2)¹⁴:

1. Consoantes palatais:

ʃ > s, sʃ

chegar [se.'ga.a] ~ ['sʃe.ga]; chá [sʃa]; bicho ['bi.su];

ʎ > ʎ, l, lʎ

velho ['ve.lʎu] ~ ['be.lʎi]; olho ['o.liu] ~ ['oi.lu]; espelho [es.'pe.lu] ~ [es.'pe.liu];

ɲ > ɲ, n, nɲ

vinho ['bi.niu] ~ ['vi.nɲu]; rascunho [ras.'ku.niu] ~ [ras.'ku.nɲu]; bonitinho [bo.ni.'ti.iu] ~ [bo.ni.'ti.nɲu];

ʒ > ʒ, z, dʒ, zʒ, d

ajuda [a.'zu.da] ~ [a.'dʒu.da]; João ['zʒu.an] ~ ['du.an]; já [zʒa] ~ [dʒa] ~ [da]; hoje ['o.ze] ~ ['o.dʒi].

¹⁴ As transcrições e os dados do PTL foram retirados de Albuquerque (2010, 2011, 2012a). Mantivemos as interpretações fonéticas e as grafias originais dos trabalhos que retiramos os exemplos.

2. alicate > [al.'ka.ti], telefone > ['tel.fon], chave de fenda > [xa.'fen.da], correr > corre ['kɔ̃.re], fumar > fuma ['fu.ma], dormir > dormi ['dɔ̃r.mi], distrital > [dis.tri.'ta.al], animal > [a.ni.'ma.al], doutor > [do.'tɔ̃.r], senhor > [se.'nɔ̃.r].

Na morfossintaxe, os seguintes traços morfossintáticos do PTL se destacam: concordância de gênero e número variáveis (3); redução do paradigma verbal (4); e emprego variável da cópula (5):

3. Muito pessoas que não pode fala português.
Os cidadão português é também vivem em timor para ajudar os professor.
4. Agora colega pode sai.
Ele za sega muito sedu.
5. Eu também (é) muito contente
A língua português é uma língua que (é) mais importante Timor

Ao nível léxico-semântico, há as seguintes características notáveis: empréstimos das línguas nativas de Timor-Leste, em (6), e empréstimos do malaio/ indonésio e/ou de crioulos portugueses asiáticos, em (7); mudanças semânticas originais (8); e retenções do português quinhentista (9):

6. tais 'pano tradicional, ou vestimenta feita com este pano'; liurai 'rei, chefe'; suco 'divisão nativa de pequenos territórios, vila'; tua 'vinho de palmeira'; dató 'nobre, ou qualquer pessoa de classe social prestigiada'; bua 'substância para mascar';
7. saugate 'dar'; mainato 'empregado'; surat 'documento, carta, papel'; barlaque 'dote a ser pago no casamento'; katuas 'velho, ancião'; jambua 'toranja';
8. amo 'padre católico'; morador 'milícia nativa, membro dessa milícia'; topaz(es) 'mestiço, ou timorense assimilado a cultura portuguesa'; serviço 'profissão, trabalho'; estilo 'cerimônia

tradicional de sacrifício de animais'; colega 'tratamento entre amigos íntimos de mesma idade'; mestre 'professor de escola', em oposição a docente 'professor universitário'; aluno(a) 'estudante em nível escolar', em oposição a estudante 'estudante universitário'; valor 'resultado dos exames escolares';

9. carreta 'carro'; formosura 'beleza'; gentio 'timorense não praticante do catolicismo'; açafate 'cesto arredondado e baixo'; chumaço 'almofada, travesseiro'; tacho 'tipo de frigideira chinesa'.

Desta maneira, enfatizamos que o PTL, com suas propriedades específicas, citadas brevemente, convive com a norma europeia, principalmente por meio do ensino e do contato¹⁵. Ainda, a língua portuguesa, bem como a variedade local do português, é adquirida como L2, pois os cidadãos leste-timorenses têm como língua materna a língua nativa falada no local em que nascem, sendo o português adquirido por pais falantes dessa língua ou ensinado na escola.

Esse cenário complexo da ilha de Timor, já destacado anteriormente, o multilinguismo, com várias línguas pertencendo a filiações genéticas distintas; o histórico de contato com diversos povos e línguas; e as diferentes fases de ensino e de difusão da língua portuguesa, contribuíram tanto para a situação linguística atual de Timor-Leste, quanto para a configuração em que se encontra o português.

A nosso ver, para uma melhor avaliação do PTL, deve-se conduzir maiores investigações, ampliando-se os dados existentes; efetuando-se descrições mais detalhadas; realizando-se análises a respeito dos processos de aquisição dessa variedade, comparando com demais processos de aquisição já conhecidos e também com processos específicos de aquisição do português como L1; verificando-se, e este é um ponto importante, se o PTL é adquirido como L2, ou como L3, da mesma maneira que o falante leste-timorense adquire o português em sua norma europeia. Somente em posse de dados confiáveis e resultados científicos é que se pode avaliar se a variedade do PTL está em conflito ou apresenta algum problema no processo de aquisição e/ou ensino do português aos

¹⁵ Esse contato se dá de várias maneiras, especialmente com os falantes portugueses residentes em Timor-Leste e com os produtos culturais lusófonos (televisão, rádio, internet, livros, jornais etc.).

cidadãos leste-timorenses. Enquanto não temos tais resultados em mãos, adotamos uma atitude científica e ecológica de preservação, vendo a diversidade linguística (e dialetal) como algo positivo.

Ademais, apenas o tempo dirá se ocorrerá uma estabilização de certas propriedades, mesmo que se apresentem como regras variáveis, coexistindo, assim, as duas normas, ou se acontecerá uma convergência entre elas, com o PTL se aproximando da norma europeia após anos de contato e de ensino formal.

Os resultados de estudos alargados poderão ajudar a configurar as ações de cooperação no quadro da lusofonia, pois um conhecimento científico a respeito da aquisição do português como L2 pelos timorenses; das questões de variação linguística na fala desses aprendizes; da diferenciação do que se trata de construções agramaticais, de regras variáveis ou de características estabilizadas do PTL; da influência da língua materna, entre outros temas, contribuiriam muito nas ações de ensino, nos diferentes níveis, e na formação de professores. Além disso, linguistas poderiam trazer também maiores conhecimentos em tais projetos, principalmente aqueles voltados para as áreas de Linguística Aplicada e Português como Língua Não Materna, com o intuito de formular melhores materiais, atividades e avaliações para o ensino de português em Timor-Leste.

Considerações finais

Como breves notas finais, sublinhamos o investimento muito considerável que Brasil e Portugal têm realizado no sistema de ensino timorense e na difusão da língua portuguesa, desde o ano 2000. Apesar da distância física, o sentimento de pertença a uma mesma comunidade cultural e linguística é efetivo. As gritantes diferenças em termos de desenvolvimento tecnológico e social tornam mais imperativa a urgência da cooperação aos olhos daqueles que tiveram a oportunidade de visitar, ou de viver e trabalhar, em Timor-Leste.

Não se deve, contudo, ignorar nem deixar de criticar a falta de consistência das políticas linguísticas e educativas de Timor-Leste, ou a incapacidade de passar das boas intenções à ação cotidiana. Não basta anunciar que uma das línguas oficiais é o português para que este idioma seja miraculosamente dominado pela população, ou ao menos pelos decisores políticos e pelas elites sociais.

Deve-se também efetuar críticas às agências de cooperação de Brasil e Portugal pelo baixo nível de articulação e integração de cada um de seus projetos. De fato, os dois países têm estado de costas voltadas no que diz respeito a esse assunto, ignorando-se olímpicamente. Temos plena consciência de que há práticas diferentes e mesmo conflitantes, projetos e interesses políticos nem sempre alinhados entre si, e, eventualmente, desconfianças. Mas ambos, e sobretudo Timor-Leste, teriam a ganhar com a congregação de recursos materiais e humanos.

Essas considerações são extensíveis a outros parceiros e doadores. Em Timor-Leste têm pululado projetos e ONGs com as mais diversas orientações estratégicas, nem sempre respeitando a vontade soberana do povo leste-timorense. Pelo menos no que diz respeito à língua, haveria vantagem em criar um repositório acessível que recolhesse informação sobre todos os projetos e programas de intervenção, assim como de publicações científicas ou de popularização da ciência sobre Timor-Leste. Em 2014, o Instituto da Língua Portuguesa (agora Centro de Língua Portuguesa) ainda apresentou essa intenção no seu programa de ação provisório, mas não foi possível concretizar tal desígnio.

Mais centrado ainda sobre a questão linguística, além de se destacar que o mesmo ocorre com as pesquisas linguísticas e as agências de cooperação, que na maioria das vezes parecem ignorar os avanços e resultados significativos uns dos outros, há que assinalar também que em Timor-Leste a língua portuguesa não é língua materna, mas também não é língua estrangeira. Assim, o seu estatuto de L2 deveria ser considerado para a construção de um referencial de proficiência, que fosse efetivamente adequado àquele contexto, conforme se menciona brevemente em (4.2), substituindo as apropriações avulsas do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (destinado às línguas *estrangeiras*), ou servindo de guia para os múltiplos cursos e provas que se vão realizando sem fundamento científico, social e institucional claro.

Finalmente, ainda refletindo sobre a Linguística, deve-se pensar sobre a língua portuguesa falada no cotidiano leste-timorense (como é falada, quando, por quem, quais as características, por que não é falada etc.), intensificar as pesquisas sobre esses temas para que possa se conhecer melhor a realidade do português no país e que tais conhecimentos possam servir como princípios norteadores para a atuação de professores de língua portuguesa, tanto portugueses ou brasileiros, quanto timorenses. Sabemos que essa intensificação das pesquisas e o uso desses resultados na prática docente em Timor-Leste ocorrerão somente se houver um trabalho de cooperação efetiva, com

todas as partes atuantes e envolvidas agindo em conjunto, sejam instituições brasileiras, portuguesas e também os órgãos governamentais do país.

Somente a partir desse pensamento de realizar todas as atividades em equipe é que haverá benefícios para todos os atores envolvidos, sendo que, por meio da obtenção de resultados positivos, mais se conhecerá a respeito da língua portuguesa em Timor-Leste, mais se estreitarão os laços entre os povos e países lusófonos, e garantir-se-á um futuro proveitoso para o português e seus falantes em Timor-Leste.

Referências

AFONSO, S.; GOGLIA, F. Portuguese in East Timor as a non-dominant variety in the making. In: MUHR, R.; MARLEY, D. (eds.). *Pluricentric Languages: New Perspectives in Theory and Description*. Viena: Peter Lang, 2015a. p. 193-205.

_____. Linguistic innovations in the immigration context as initial stages of a partially restructured variety: Evidence from SE constructions in the Portuguese of the East Timorese diaspora in Portugal. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, v. 8, n. 1, p. 1-33, 2015b.

ALBUQUERQUE, D. B. Pré-história, história e contatos linguísticos em Timor Leste. *Domínios de Linguagem*, vol. 3, n. 2, p. 75-93, 2009.

_____. Peculiaridades prosódicas do português falado em Timor Leste. *ReVEL*, v.8, n. 15, p. 270-285, 2010.

_____. O Português de Timor Leste: contribuição para o estudo de uma variedade emergente. *Papia*, v. 21, n. 1, p. 65-82, 2011.

_____. Especificidades do léxico do português de Timor-Leste. *Papia*, v. 22, n. 1, p. 201-223, 2012a.

_____. Esboço Morfossintático do Português Falado em Timor-Leste. *Moderna Sprak*, v. 106, n. 1, 2012b.

_____. Influências das L1 nativas no português de Timor-Leste: um estudo dos marcadores verbais. *Revista Signótica*, v. 26, p. 111-121, 2014.

BARBEIRO, L. et al. *Relatório de avaliação do Projeto de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP) em Timor-Leste. 2003-2009*. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, 2010.

BATORÉO, H. J. Funções do marcador polissêmico ‘já’ no Português de Timor-Leste: Importância do conhecimento da(s) língua(s) materna(s) dos aprendentes do Português L2 no processo da aquisição/aprendizagem da língua não-materna. In: *Textos seleccionados do XXV Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, 2010. p. 211-224.

_____. Funções da construção ‘é que’ no Português de Timor: Para conhecimento das características linguísticas da(s) língua(s) materna(s) (L1) dos aprendentes do Português LNM. In: *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. CD-ROM. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

_____. The contact induced partial restructuring of the non-dominating variety of Portuguese in East Timor. In: MUHR, R. (ed.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide: the pluricentricity of Portuguese and Spanish: new concepts and descriptions*. Vol. II. Viena/ Frankfurt: Peter Lang Verlag, 2016. p. 137-153

BAXTER, A. Notes on the Creole Portuguese of Bidau, Timor. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 5, n. 1, p. 1-38, 1990.

_____. Portuguese and Creole Portuguese in the Pacific and Western Pacific rim. In: WURM, S. A.; MÜHLHÄUSLER, P.; TYRON, D. T. (ed.). *Atlas of Languages of Intercultural Communication in the Pacific, Asia, and the Americas*. Vol. 2. Berlim: Mouton de Gruyter, 1996. p. 299-338.

BAXTER, A.; CARDOSO, H. Early Notices Regarding Creole Portuguese in Former Portuguese Timor. *Journal of Language Contact*, v. 10, p. 264-317, 2017.

BRITO, R. H.; BASTOS, N. M. Hello mister, obrigado barak: desafios da expressão linguística em Timor-Leste. *Revista ACOALFAPLP*, v. 3, p. 235-247, 2007.

BRITO, R. H.; CORTE-REAL, B. Algumas especificidades fonético-fonológicas da variante do português timorense. *Actas do VIII Simpósio internacional de comunicación social*, v. 1, p. 147-151, 2002.

BUSQUETS, V. L. “*Eu queria muito aprender português mais*”: aspectos da língua portuguesa em uso em Timor-Leste pós-independência. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Educação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2007.

CARMO, J. *Aprendizagem da língua portuguesa e prática discursiva quotidiana – um estudo com alunos na escola secundária geral Nicolau Lobato*. 2015 (Monografia de licenciatura). Díli: Universidade Nacional Timor Lorosa’e, 2015.

CARVALHO, M. J. Aspectos lexicais do português usado em Timor Leste. *Studies of Language and Cultures of East Timor*, v. 5, p. 25-40, 2002/2003.

CASSIANI, S.; LISINGEN, I. Apresentação. *Revista Perspectiva*, v. 34, n. 2, p. 334-336, 2016.



COSTA, L. O português em Timor e o português de Timor. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. 14, p. 51-52, 1995.

FIGUEIREDO, F. *Timor. A presença portuguesa (1769-1954)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto. 2004.

GONÇALVES, P. Towards a Unified Vision of Classes of Language Acquisition and Change: Arguments from the Genesis of Mozambican African Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 19, n. 2, p. 225-259, 2004.

HÄGERDAL, H. *Lords of the Land, Lord of the Seas*. Conflict and adaptation in early colonial Timor, 1600-1800. Leiden: KITVL Press, 2012.

HOLM, J.; GREKSAKOVA, Z.; ALBUQUERQUE, D. The Partial Restructuring of Timorese Portuguese. Comunicação apresentada ao Workshop *East Timorese Diasporas and Language Contact*. Reed Hall, University of Exeter, 2015.

HULL, G. A Morphological Overview of the Timoric Sprachbund. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, n.4, p. 98-205, 2001.

LAMIM-GUEDES, V.; ROSA, C. G. (Orgs.). *Alin-mane: Lusofonia e cooperação na área educacional em Timor-Leste*. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020.

OLIVEIRA, L. *Timor na história de Portugal*. vol. 1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1948.

OLIVEIRA, A. L. *Repercussões e (re)configurações do Projeto Falar Português na investigação sobre o currículo do ESG em Timor-Leste*. Dissertação (Mestrado em Português Língua Estrangeira/ Língua Segunda), Universidade de Aveiro, 2019

PLATT, J.; WEBER, H.; HO, M. *The new Englishes*. Londres: Routledge, 1984.

RAMOS, A. M.; TELES, F. *Memória das políticas educativas em Timor-Leste. A consolidação de um sistema (2007-2012)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2012.

RAMOS, R. Instituto da Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e: missão e ação. In: PAULINO, V.; BARBOSA, A. T. (Orgs.). *Língua, ciência e formação de professores em Timor-Leste*. Díli: Programa de pós-graduação e pesquisa da UNTL, 2016. p. 65-74.

RAMOS, R.; CARMO, J. A língua portuguesa entre as línguas de Timor-Leste. Um estudo de caso numa escola secundária timorense. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, vol. 20, n. 3, p. 443-463, 2020.

REIS, J. P. *Cooperação em educação entre Brasil e Timor leste: uma análise do programa de qualificação de docentes e ensino de língua portuguesa – PQLP*. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, A. S. *O ensino da língua portuguesa em Timor-Leste: o método Português em Timor e a importância do Tétum (L1) na aquisição do português (L2)*. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como L2 e LE). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2009.

SCHAPPER, A. Wallacea, a Linguistic Area. *Archipel*, v. 90, p. 99-151, 2015.

THOMAZ, L. F. Timor: Notas histórico-linguísticas. *Portugaliae Historica*, vol. 2, p. 167-300, 1974.

_____. O afluxo ao meio urbano no Timor Português. *Revista da Faculdade de Letras* (Universidade de Lisboa), v. 4, n. 1, p. 495-553, 1976.

_____. A língua portuguesa em Timor. *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, vol. 1, p. 313-319. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1985.

_____. Elementos para um glossário luso-timorense. In: LOUREIRO, R. M. *Onde Nasce o Sândalo: Os Portugueses em Timor nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

_____. *Babel Loro Sa'e: O Problema Lingüístico de Timor Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

WILLIAMS-VAN KLINKEN, C.; WILLIAMS, R. *Mapping the mother tongue in Timor-Leste: Who spoke what where in 2010?* Dili Institute of Technology, 2015. Disponível em <http://www.tetundit.tl/Publications/Timor-Leste%20languages%202010.pdf>. Acesso em 25 nov. 2019.

VIEGAS, E.; RAMOS, R.; ANTUNES, R. Avaliação da proficiência em língua portuguesa dos docentes da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Timor-Leste (2015). *Indagatio Didactica*, v. 7, n. 2, p. 58-82, 2015.